

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **São Félix do Xingu**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de São Félix do Xingu (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a Taxa de Pobreza apresentou relativa estabilidade em São Félix do Xingu, com valores em torno de 23%, ligeiramente inferiores aos observados na Região de Integração (RI) Araguaia e no estado do Pará, que se mantiveram acima dos 28% e 40%, respectivamente. Essa estabilidade, porém, foi rompida em 2022, quando São Félix do Xingu sofreu um aumento abrupto na taxa de pobreza, atingindo cerca de 53%, superando a RI Araguaia (44,5%) e quase alcançando a média estadual (quase 60%) (Gráfico 1).

O pico de 2022 representa uma ruptura expressiva nas tendências anteriores e pode estar relacionado a efeitos econômicos pós-pandemia, como desemprego, inflação e cortes em programas de transferência de renda. A disparada foi mais intensa em São Félix do Xingu do que nos demais níveis territoriais, sinalizando uma possível maior vulnerabilidade socioeconômica local ou menor capacidade de mitigação de impactos adversos (Gráfico 1).

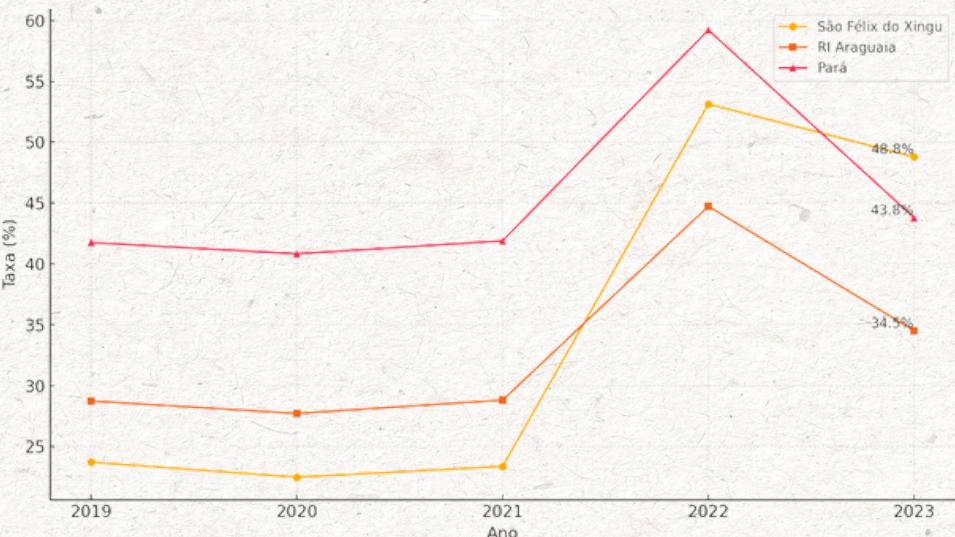
Em 2023, observa-se um recuo da taxa em todas as es-





feras: São Félix do Xingu caiu para 48,8%, a RI Araguaia para 43,8% e o estado para 34,5%. Apesar dessa melhora, os valores permanecem elevados em relação ao período pré-2022, sobretudo no município analisado. Isso indica que, embora haja recuperação, ainda existem desafios significativos para alcançar os patamares de pobreza observados até 2021 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em São Félix do Xingu começaram em um patamar elevado em 2019 (67%), muito acima da média da RI Araguaia (64,5%) e do estado do Pará (63%). No entanto, em 2020 houve uma queda significativa no município, chegando a 60,1%, acompanhando a tendência de redução também observada nos demais níveis, provavelmente impulsionada pelas restrições orçamentárias e readequações diante da pandemia de COVID-19 (Gráfico 2).

Nos anos seguintes, entre 2021 e 2022, os percentuais voltaram a subir discretamente, refletindo talvez uma tentativa de recomposição dos investimentos em áreas essenciais. São Félix do Xingu chegou a 63,8% em 2021, enquanto a RI Araguaia e o Pará mantiveram estabilidade em torno de 61%. Contudo, em 2022 houve nova redução para todas as regiões, com o estado chegando ao ponto mais baixo da série (59,4%) (Gráfico 2).

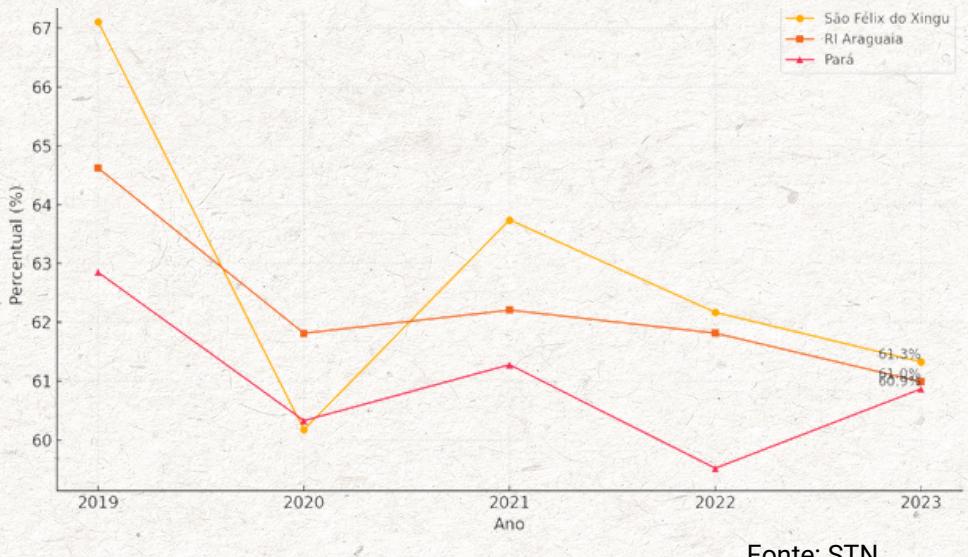
Em 2023, os dados indicam uma leve recuperação nos três

níveis territoriais: São Félix do Xingu finaliza o período com 61,3%, a RI Araguaia com 61%, e o Pará com 60,9%. Ainda que discretas, essas oscilações mostram uma trajetória de busca por estabilidade orçamentária, com prioridade ainda elevada a serviços essenciais, mas abaixo dos níveis de 2019. Esse comportamento pode indicar limitações fiscais ou reestruturações administrativas que afetam a capacidade de investimento público na garantia de direitos básicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em 2019, São Félix do Xingu apresentava uma taxa de 5,7% de crianças nascidas com baixo peso, abaixo da média da RI Araguaia (6,9%) e do estado do Pará (7,6%). No entanto, em 2020, observou-se um aumento expressivo para 6,9%, aproximando-se dos demais níveis. Essa elevação pode estar relacionada a fatores como o impacto da pandemia nos serviços de saúde materno-infantil e na segurança alimentar das gestantes (Gráfico 3).

Nos anos subsequentes, São Félix do Xingu apresentou uma oscilação descendente, chegando a apenas 5,4% em 2022 – seu melhor índice no

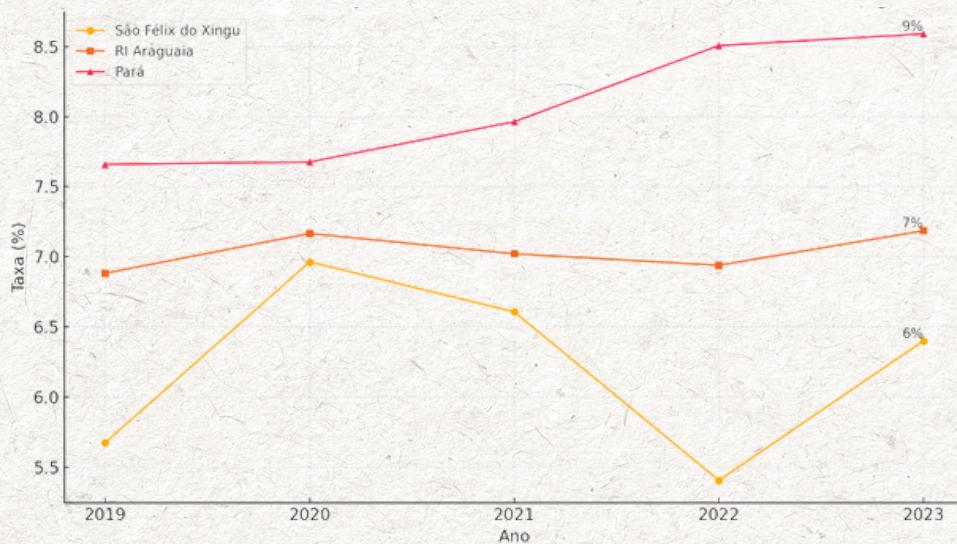
período – enquanto a RI e o estado mantiveram-se relativamente estáveis. Esse resultado positivo em 2022 pode refletir esforços locais na área da saúde básica, especialmente nas ações de pré-natal e acompanhamento de gestantes em situação de vulnerabilidade (Gráfico 3).

Porém, em 2023, houve nova elevação em São Félix do Xingu, chegando a 6%, sinalizando uma possível perda da eficácia das políticas públicas no ano ou agravamento das condições sociais. Já o estado do Pará alcançou seu pior índice da série, com 9%, enquanto a RI Araguaia permaneceu estável

em torno de 7%. O crescimento estadual sugere que o problema é de natureza mais ampla, exigindo atenção coordenada nas três esferas de governo (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



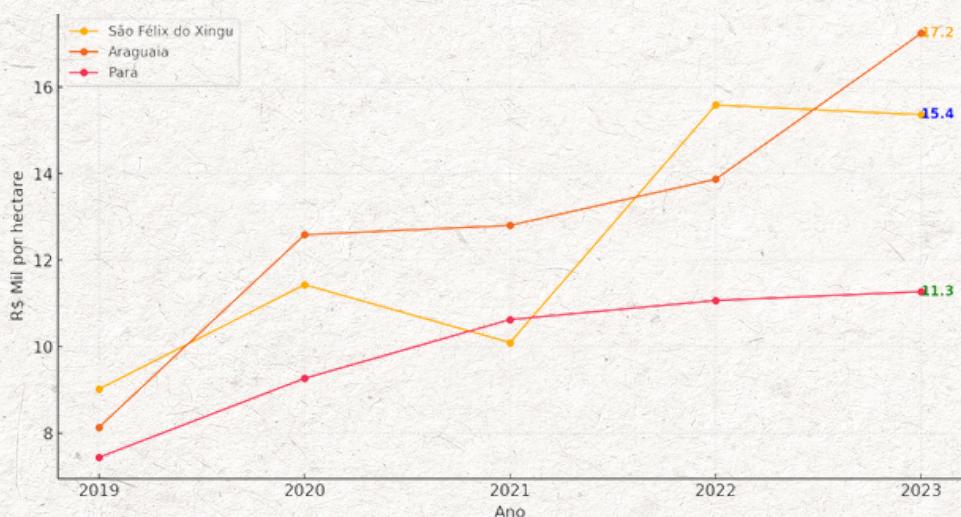
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2020, São Félix do Xingu apresentou um crescimento na produtividade agrícola, passando de R\$ 9 mil para R\$ 11,5 mil por hectare, em linha com o crescimento da RI Araguaia e do estado do Pará. Em 2021, porém, o município sofreu uma leve queda para R\$ 10,1 mil, em contraste com o crescimento contínuo nas demais esferas, especialmente na RI Araguaia, que manteve trajetória ascendente (Gráfico 4).

A partir de 2022, houve um salto expressivo em São Félix do Xingu, atingindo R\$ 15,6 mil/ha, ultrapassando a RI Araguaia e mantendo-se acima da média estadual. Essa aceleração pode estar ligada à adoção de tecnologias, melhorias logísticas ou à ampliação de culturas de maior valor agregado. O resultado reflete um dinamismo significativo do setor agrícola municipal em comparação aos demais níveis territoriais (Gráfico 4).

Em 2023, São Félix do Xingu registrou uma leve queda para R\$ 15,4 mil/ha, enquanto a RI Araguaia disparou para R\$ 17,2 mil, tornando-se o território com maior produtividade. O estado do Pará, por sua vez, teve crescimento mais moderado, atingindo R\$ 11,3 mil. Esse comportamento mostra que, embora o município mantenha desempenho elevado, a região como um todo está se destacando, sinalizando ganhos de eficiência e possível transformação produtiva na RI Araguaia como um todo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em 2019, a taxa de mortalidade infantil em São Félix do Xingu era bastante elevada, atingindo cerca de 24 mortes por mil nascidos vivos, significativamente acima da média da RI Araguaia (17,7) e do estado do Pará (15,1). Esse cenário inicial refletia possíveis deficiências nos serviços de atenção básica, especialmente no pré-natal, partos e cuidados neonatais no município (Gráfico 5).

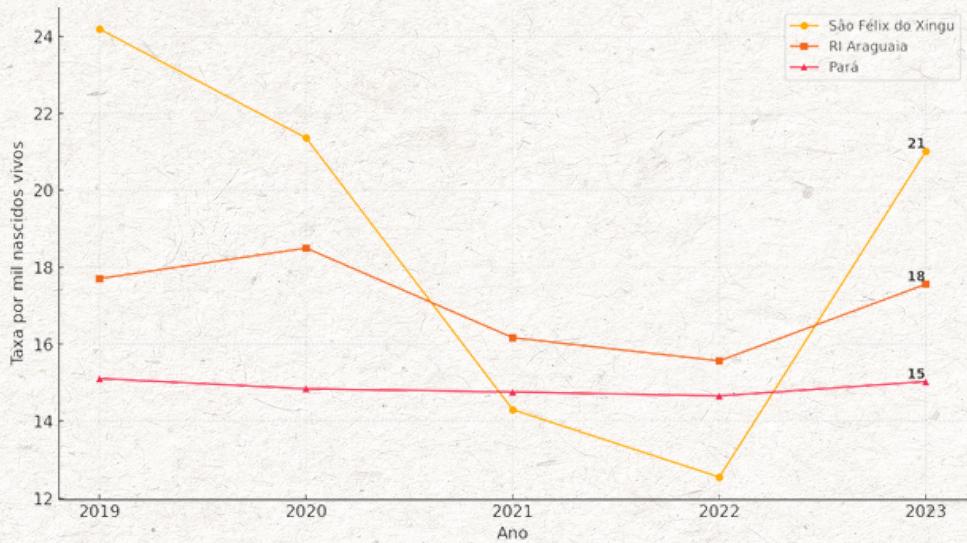
Nos anos seguintes, entre 2020 e 2022, houve uma redução expressiva e contínua da taxa em São Félix do Xingu, que atingiu seu ponto mais baixo em 2022, com aproximadamente 12,5 mortes por mil nascidos vivos — superando inclusive os índices da RI Araguaia e se aproximando do patamar estadual. Essa queda pode estar associada à ampliação do acesso à saúde materno-infantil, investimentos em unidades de saúde e aumento da cobertura da Atenção Primária (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Contudo, em 2023, verifica-se um retrocesso preocupante no município, com a taxa voltando a subir para 21 mortes por mil nascidos vivos. Essa piora ocorre paralelamente ao aumento também observado na RI Araguaia (18), mas contraria a tendência de estabilidade no estado do Pará (15). O retorno a níveis elevados pode indicar falhas na manutenção de políticas públicas ou descontinuidade de serviços essenciais, exigindo atenção redobrada da gestão local de saúde (Gráfico 5).



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

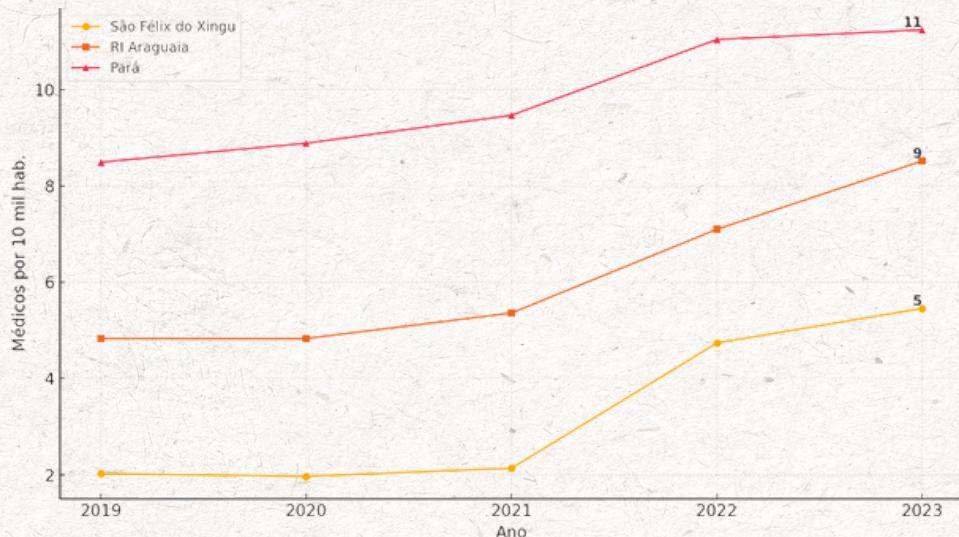
Em 2019, São Félix do Xingu apresentava um número bastante reduzido de médicos por habitante, com apenas 2 profissionais a cada 10 mil habitantes – menos da metade da média da RI Araguaia (4,8) e bem abaixo da média estadual (8,5). Essa escassez de profissionais de saúde compromete diretamente a qualidade e a capilaridade do atendimento à população (Gráfico 6).

A partir de 2021, observa-se um crescimento contínuo do número de médicos em São Félix do Xingu, que passa para 2,1, e avança significativamente em 2022 e 2023, atingindo 5 médicos por 10 mil habitantes no último ano. Esse avanço representa uma melhora notável, mesmo que o município ainda permaneça abaixo da média da RI Araguaia (9) e do estado (11), que também demonstraram crescimento no período (Gráfico 6).



Esse aumento no número de médicos pode estar ligado a programas federais de provimento de profissionais, investimentos municipais ou ampliação da rede pública e conveniada. Apesar da evolução, a relação entre o aumento de médicos e a elevação da mortalidade infantil em 2023 sugere que apenas a ampliação quantitativa do corpo médico não é suficiente: é necessário garantir também qualidade no atendimento, distribuição territorial e integração com ações preventivas e educativas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de São Félix do Xingu apresentou uma estabilidade em níveis baixos no número de vagas públicas por mil habitantes, oscilando entre 115 e 120, enquanto a Região de Integração (RI) Araguaia manteve-se em patamares bem mais elevados, entre 170 e 173, e o estado do Pará acima de 205 vagas por mil habitantes. Esse descompasso indicava uma limitação significativa da capacidade de atendimento educacional público no município em relação ao restante da região e do estado (Gráfico 7).

Em 2022, São Félix do Xingu registrou uma mudança abrupta nesse cenário, com uma elevação expressiva para

236 vagas por mil habitantes, ultrapassando inclusive os valores da RI Araguaia (215) e do estado (220). Esse salto pode estar relacionado a políticas emergenciais de expansão da rede pública, reestruturação demográfica ou incorporação de novas unidades escolares à estatística municipal (Gráfico 7).

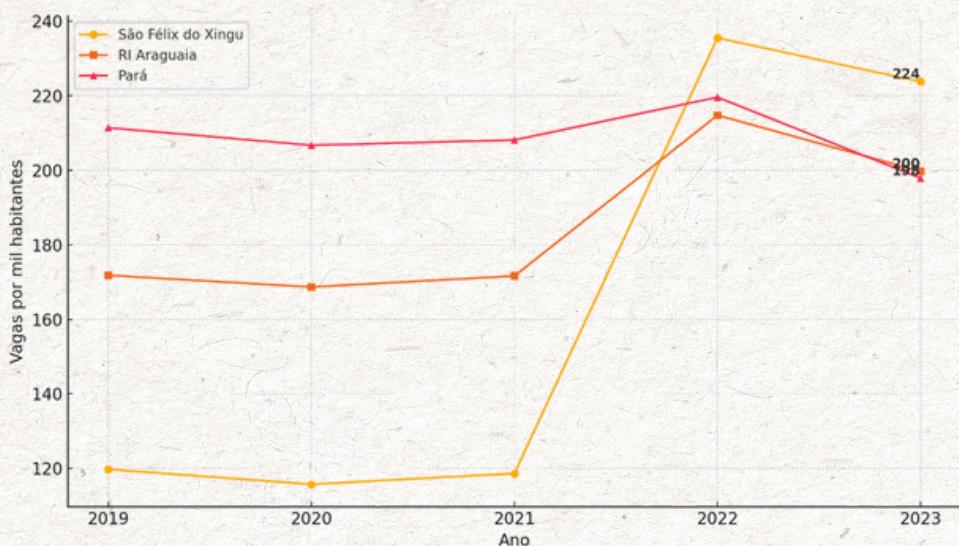
No entanto, em 2023, houve uma leve retração para 224 vagas, embora o número ainda se mantenha elevado e acima dos demais níveis territoriais, que recuaram mais fortemente para cerca de 199 (RI Araguaia) e 198 (Pará). Esse desempenho pode refletir a consolidação de uma nova estrutura educacional no município, que precisa agora



ser acompanhada por indicadores de qualidade para avaliar se o aumento da oferta foi acompanhado por melhorias no acesso real e no desempenho dos estudantes (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 224 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, São Félix do Xingu apresentava um percentual de apenas 24,6% de escolas com acesso à internet, desempenho bastante inferior ao da RI Araguaia (57%) e do estado do Pará (34,2%). Esse cenário já apontava uma carência significativa na infraestrutura digital das instituições de ensino municipais, o que compromete especialmente as possibilidades de ensino híbrido ou digital (Gráfico 8).

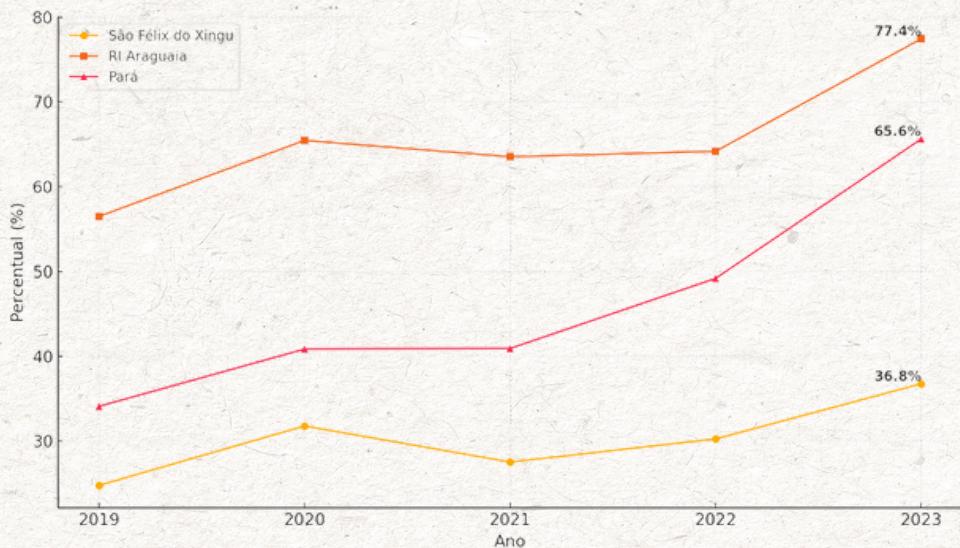
Nos anos seguintes, o município apresentou uma oscilação moderada, com leve me-

lhora em 2020 (32%) e pequena queda em 2021 (27,5%). A partir de 2022, a curva passa a indicar recuperação contínua, encerrando 2023 com 36,8% das escolas conectadas – seu melhor resultado, mas ainda distante dos avanços expressivos da RI Araguaia (77,4%) e do estado do Pará (65,6%). O ritmo de crescimento, embora positivo, é insuficiente frente à crescente demanda por conectividade nas atividades escolares (Gráfico 8).

Esse cenário revela que, mesmo com algum progresso, São Félix do Xingu permanece em desvantagem digital relevante, o que impacta diretamente a equidade e a qualidade do ensino. A lacuna em relação à RI e ao estado reforça a necessidade de políticas específicas de conectividade educacional no município, com foco não apenas na expansão técnica, mas também na formação digital de professores e na utilização pedagógica efetiva da internet (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Entre 2019 e 2021, o município de São Félix do Xingu apresentou uma taxa oficialmente registrada de zero casos de violência contra a mulher por parceiros, o que possivelmente não reflete uma ausência real de ocorrências, mas sim uma subnotificação acentuada. Nesse período, a Região de Integração (RI) Araguaia manteve índices baixos (entre 4 e 5 casos por 100 mil habitantes), enquanto o estado do Pará apresentou crescimento brusco em 2020, alcançando 28 casos, com oscilações nos anos seguintes, mas sempre acima de 25 casos (Gráfico 9).



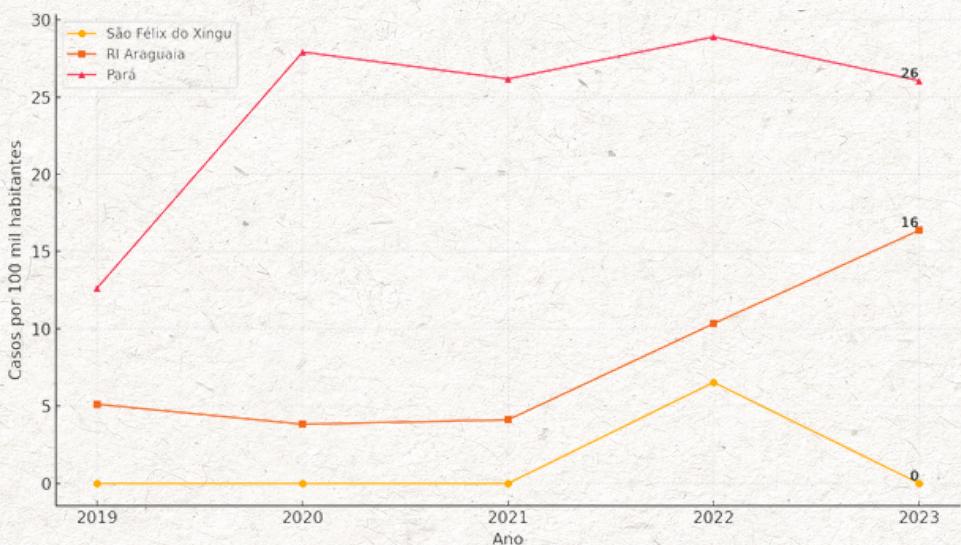
Em 2022, São Félix do Xingu passou a registrar oficialmente a presença de casos, chegando a 6,5 por 100 mil habitantes, o que ainda era inferior à média da RI (10,2) e do estado (29). Isso pode indicar algum avanço no reconhecimento institucional do problema e na efetivação de canais de denúncia. A tendência, no entanto, não se consolidou: em 2023, o muni-

cípio voltou a registrar zero casos, enquanto a RI Araguaia teve um salto expressivo para 16 e o estado do Pará manteve nível elevado (26), sugerindo que a ausência de registros no município não está alinhada com a realidade regional (Gráfico 9).

A oscilação extrema dos dados no município, principalmente os retornos a zero, reforça a hipótese de que São

Félix do Xingu enfrenta problemas na estrutura de notificação, acolhimento e monitoramento da violência doméstica. A comparação com o crescimento progressivo da RI Araguaia evidencia que o município está fora da tendência regional, o que pode comprometer o planejamento de políticas públicas eficazes voltadas à proteção das mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No indicador de presença feminina em cargos gerenciais, São Félix do Xingu iniciou o período de 2019 com 32,1% de ocupação por mulheres, valor inferior à média da RI Araguaia (36,1%) e do estado do Pará (49,2%). Em 2020, houve uma queda para 28,7% no município, aprofundando ainda mais a disparidade. Essa redução pode estar associada a retrocessos no ambiente de trabalho feminino ou ao impacto da pandemia sobre a presença das mulheres em posições de liderança (Gráfico 10).



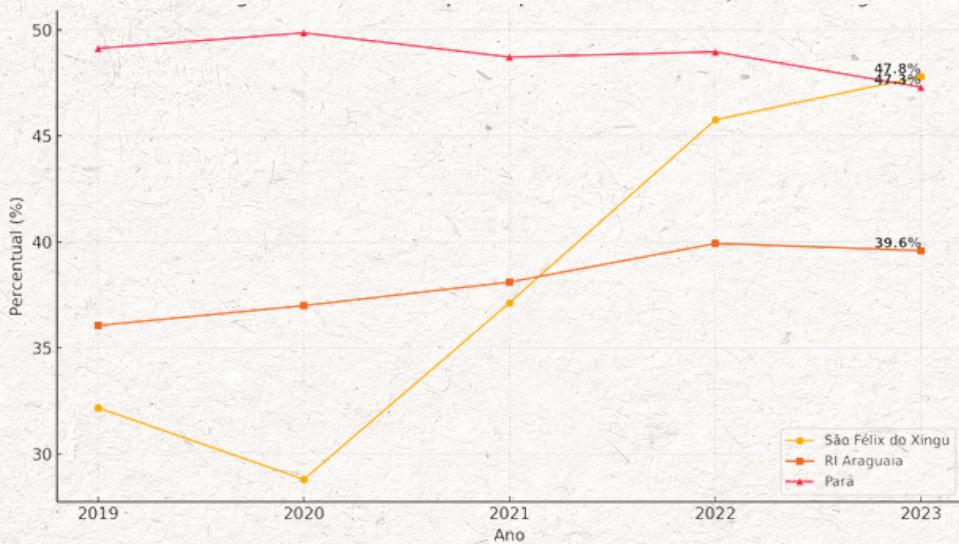


Contudo, a partir de 2021, São Félix do Xingu reverteu essa tendência de forma acelerada. O percentual de mulheres em cargos gerenciais subiu para 37,5%, e saltou para 45,6% em 2022, encerrando 2023 com 47,8%. Esse valor colocou o município acima da RI Araguaia (39,6%) e praticamente no mesmo nível do estado (47,3%), configurando um avanço expressivo na inclusão de mulheres em posições de liderança local (Gráfico 10).

Essa evolução consistente, principal-

mente entre 2021 e 2023, pode refletir políticas públicas e empresariais voltadas à equidade de gênero no trabalho, bem como mudanças culturais que favoreceram o empoderamento feminino. Trata-se de um progresso significativo, especialmente considerando o cenário inicial de desigualdade, e que pode repercutir positivamente em outras dimensões sociais e econômicas do município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

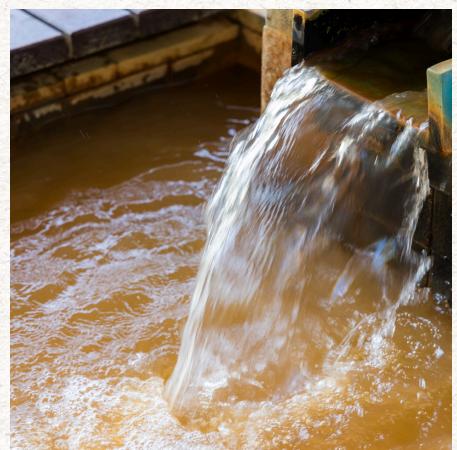
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2023, São Félix do Xingu manteve-se praticamente estagnado no atendimento à população de baixa renda com coleta de esgoto, variando entre 0,1% e 0,2% ao longo de todo o período. Esse percentual extremamente baixo revela a precariedade da infraestrutura de saneamento direcionada aos mais vulneráveis no município, contrastando fortemente com a evolução observada nos demais níveis territoriais (Gráfico 11).

A Região de Integração Araguaia, embora também apresente números modestos, registrou percentuais entre 1,6% e 1,8%, demonstrando uma leve tendência de crescimento e um patamar consistentemente superior ao de São Félix do Xingu. Já o estado do Pará apresentou uma expansão significativa: partindo de 7% em 2019 e chegando a 11,5% em 2023. Esse avanço estadual reflete investimentos mais amplos em saneamento

direcionado às populações em vulnerabilidade social (Gráfico 11).

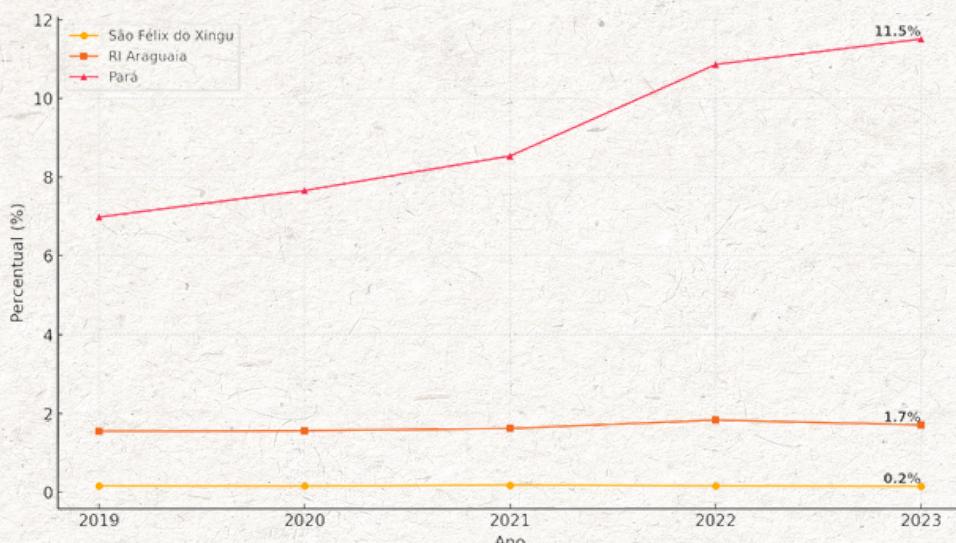
A diferença acentuada entre o município e os demais níveis evidencia que São Félix do Xingu está desconectado de políticas públicas mais amplas ou não tem priorizado a expansão da cobertura de coleta de esgoto para sua população de baixa renda. Essa lacuna não apenas compromete a saúde pública, como agrava desigualdades



sociais e ambientais, exigindo ações urgentes e específicas para o território (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Durante todo o período analisado, São Félix do Xingu apresentou gasto per capita com saneamento básico igual a zero. Essa ausência de investimento direto, pelo menos nos registros oficiais, reforça a precariedade evidenciada no indicador anterior e evidencia a inexistência de ações efetivas no setor por parte da administração municipal – situação alarmante quando comparada às tendências regionais e estaduais (Gráfico 12).

Na Região de Integração Araguaia, os gastos variaram ao longo do período, partindo de R\$ 27 por habitante em 2019 e crescendo gradualmente até atingir R\$ 50 por habitante em 2023. Apesar de

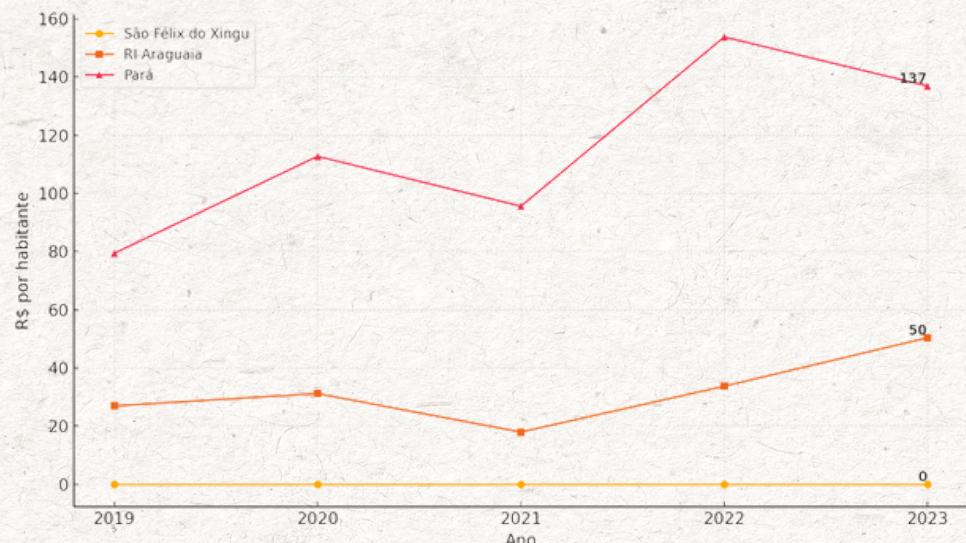
oscilações em 2021, o padrão é de crescimento, o que sugere um esforço crescente da RI em direcionar recursos para melhorias na infraestrutura de saneamento (Gráfico 12).

O estado do Pará apresenta a série mais robusta, com aumento expressivo dos gastos: de R\$ 80 per capita em 2019 para R\$ 137 em 2023, com picos de até R\$ 155 em 2022. Essa trajetória ascendente indica a priorização do tema nas políticas públicas estaduais. A completa ausência de investimento municipal em São Félix do Xingu reforça a urgência de reorientação orçamentária local, visto que a carência de saneamento compromete diretamente saúde, meio ambiente e dignidade da população (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



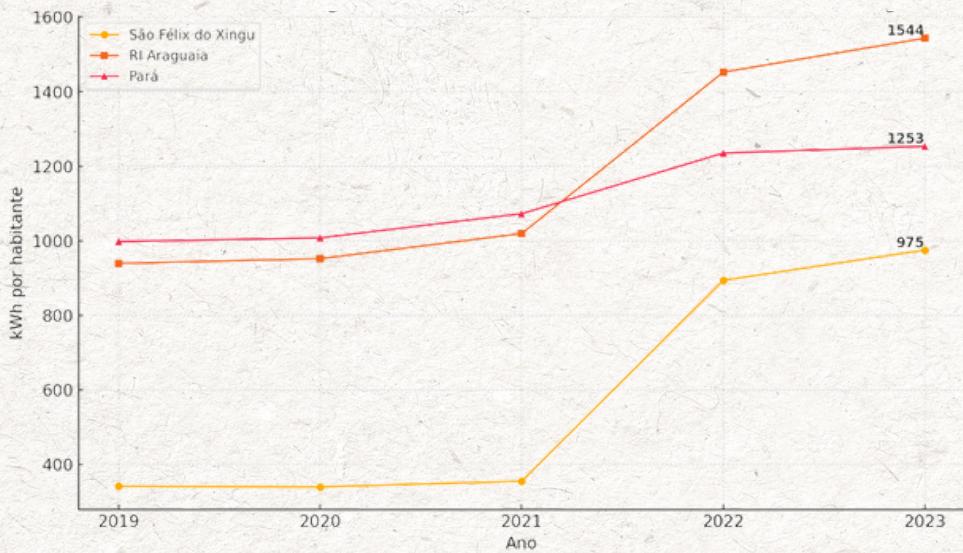
Em 2019 e 2020, São Félix do Xingu apresentou um dos menores níveis de consumo de energia elétrica per capita entre os três territórios analisados, com valores estáveis em torno de 340 kWh por habitante. Esses dados indicam um padrão de consumo relativamente baixo, o que pode refletir limitações no acesso ou na qualidade do fornecimento de energia, especialmente em áreas mais vulneráveis (Gráfico 13).



A partir de 2021, observa-se um crescimento significativo no município, culminando em um salto expressivo em 2022 para cerca de 900 kWh por habitante e alcançando 975 kWh em 2023. Apesar da melhoria, o consumo ainda se mantém abaixo da média da Região de Integração Araguaia (1.544 kWh) e do estado do Pará (1.253 kWh). Essa disparidade sugere que, embora haja progresso, persistem desigualdades no acesso ou uso da energia elétrica (Gráfico 13).

Em comparação com os demais níveis territoriais, tanto a RI Araguaia quanto o estado do Pará demonstraram crescimento contínuo e mais acentuado. A RI Araguaia teve o maior avanço, ultrapassando todos os demais níveis em 2022 e 2023. Isso mostra que São Félix do Xingu está em processo de convergência, mas ainda distante dos padrões regionais e estaduais, o que sinaliza a necessidade de políticas energéticas mais equitativas e universais no território municipal (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 975 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No início da série, em 2019, São Félix do Xingu apresentava o maior percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil entre os três territórios, com 10,5%. Esse dado evidencia um nível preocupante de exclusão energética, com impactos diretos sobre a qualidade de vida e segurança das famílias em situação de vulnerabilidade no município (Gráfico 14).

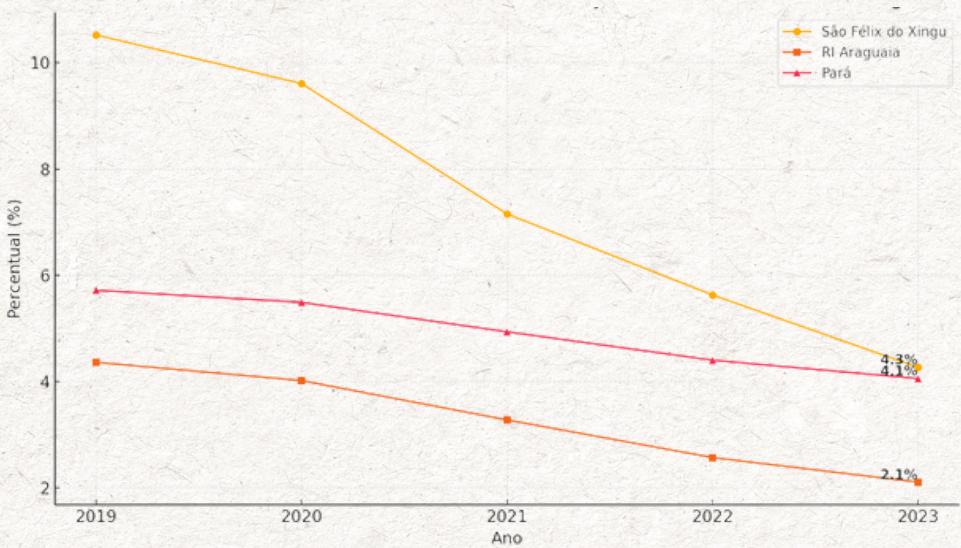


A partir de 2020, verifica-se uma trajetória de queda contínua, atingindo 4,3% em 2023. Embora essa redução seja expressiva, São Félix do Xingu ainda se mantém acima da média da RI Araguaia (2,1%) e do estado do Pará (4,1%), que também apresentaram reduções graduais ao longo do período. Esse comportamento aponta para avanços locais na substituição de fontes poluentes por energia elétrica, mas também revela que a transição foi mais lenta no município do

que nas regiões vizinhas (Gráfico 14).

A persistência de níveis relativamente altos em São Félix do Xingu, mesmo após cinco anos de melhorias, reforça a importância de políticas públicas voltadas à universalização do acesso à energia de qualidade. É necessário intensificar investimentos em infraestrutura e programas específicos para áreas rurais e comunidades isoladas, garantindo o direito básico à iluminação adequada para toda a população (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

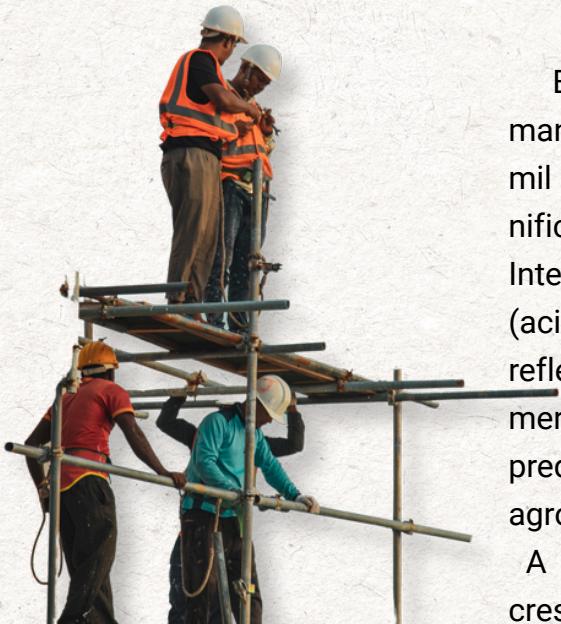


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de São Félix do Xingu manteve uma taxa estável e baixa de empregos formais por mil habitantes, com valores próximos a 43, significativamente abaixo dos níveis observados na Região de Integração Araguaia (cerca de 95 a 101) e no estado do Pará (acima de 120). Essa estabilidade em patamar reduzido refletia uma economia local com baixa formalização do mercado de trabalho, o que pode estar relacionado à predominância de atividades informais, sazonais ou agroextrativistas no território (Gráfico 15).

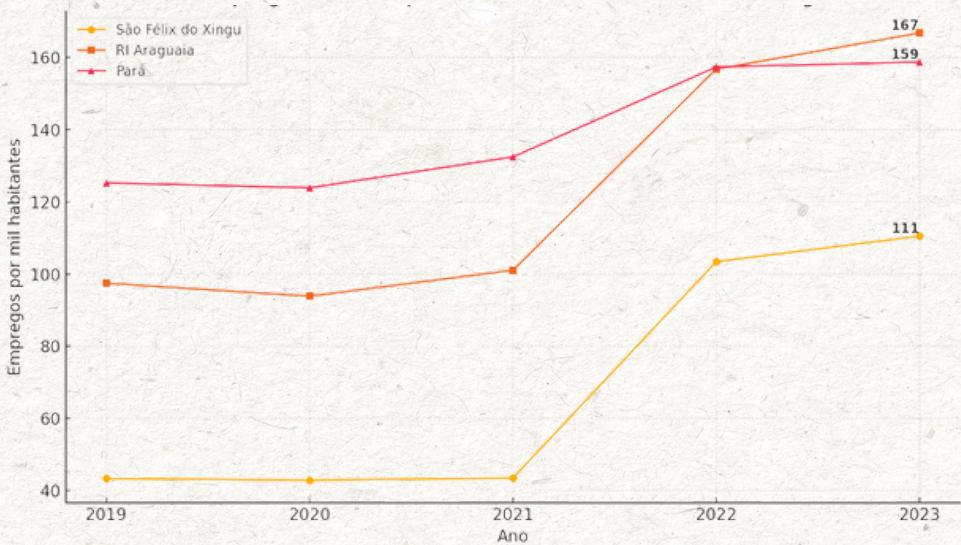
A partir de 2022, São Félix do Xingu experimentou um crescimento expressivo no número de empregos formais, saltando para 103 por mil habitantes e chegando a 111

em 2023. Embora ainda abaixo dos demais territórios, essa elevação representa um avanço importante na estrutura produtiva local, podendo estar associada à atração de novos empreendimentos, programas de incentivo ao emprego com carteira assinada ou expansão de setores como serviços e agroindústria formalizada (Gráfico 15).

Enquanto isso, a RI Araguaia e o estado do Pará também apresentaram forte crescimento entre 2021 e 2022, alcançando patamares semelhantes em 2022 (157 empregos formais por mil habitan-



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

tes) e, em 2023, a RI Araguaia superou o estado com 167 empregos por mil habitantes, contra 159 no Pará. Isso indica que, embora o município esteja avançando, a diferença estrutural entre ele e os níveis regional e estadual ainda persiste, o que reforça a necessidade de políticas locais voltadas à qualificação profissional, atração de empresas e estímulo à formalização do trabalho (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 111 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2020, o PIB per capita de São Félix do Xingu apresentou crescimento moderado, partindo de cerca de R\$ 11,6 mil em 2018 para R\$ 12,5 mil em 2020. Esse ritmo foi mais lento que o observado na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, que já nesse período apresentavam patamares mais elevados e crescimento mais consistente, refletindo maior dinamismo econômico regional e estadual (Gráfico 16).

A partir de 2021, São Félix do Xingu experimentou um crescimento expressivo em seu PIB per capita, especialmente em 2022, quando atingiu R\$ 30,4 mil por habitante, praticamente

triplicando o valor de 2018.

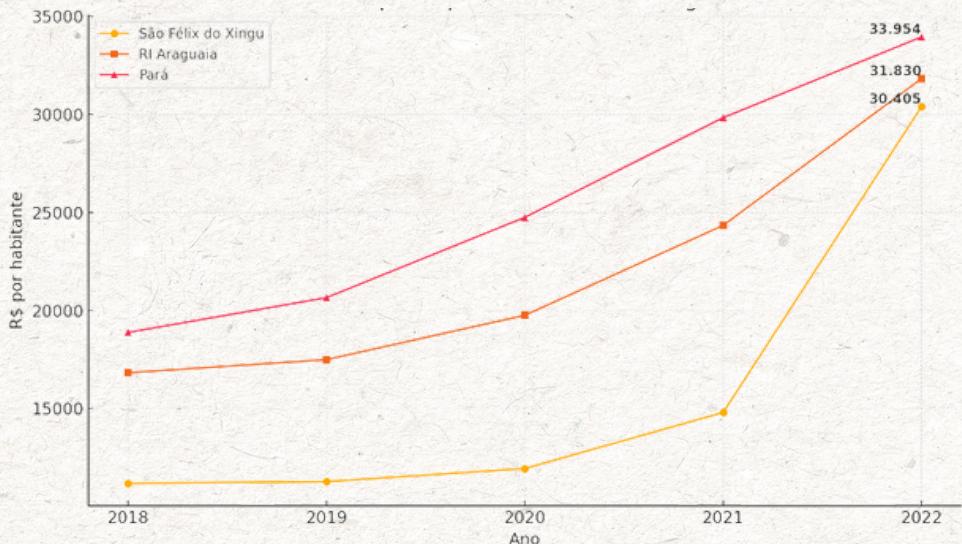
Esse salto pode estar relacionado à valorização de setores específicos da economia local, como a agropecuária e a extração mineral, que historicamente têm peso relevante na composição da atividade econômica do município (Gráfico 16).

Apesar do avanço, o município ainda apresenta um PIB per capita inferior ao da RI Araguaia (R\$ 31,8 mil) e do estado do Pará (R\$ 33,9 mil).



Gráfico 16 - PIB per capita, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)

Isso sugere que, embora o crescimento recente tenha sido significativo, ele representa mais uma recuperação ou aceleração localizada do que uma superação estrutural das desigualdades regionais. A continuidade desse crescimento dependerá de políticas de diversificação econômica e fortalecimento da base produtiva local (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.405/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



No indicador de valor adicionado da indústria como percentual do PIB, São Félix do Xingu apresentou um desempenho instável. Após crescer de 12% em 2018 para 13,4% em 2019, o índice passou a cair, atingindo 9% em 2022. Essa trajetória descendente contrasta com o crescimento contínuo da participação industrial na RI Araguaia e, principalmente, no estado do Pará, que passou de 28% para expressivos 45% no mesmo período (Gráfico 17).

A queda na participação industrial no PIB municipal in-

dica que, embora o PIB per capita tenha aumentado, esse crescimento não foi impulsionado pela indústria, mas possivelmente por setores primários ou serviços. Isso sugere uma fragilidade na diversificação econômica local, com perda de peso relativo da atividade industrial, o que pode limitar a geração de empregos qualificados e de maior valor agregado (Gráfico 17).

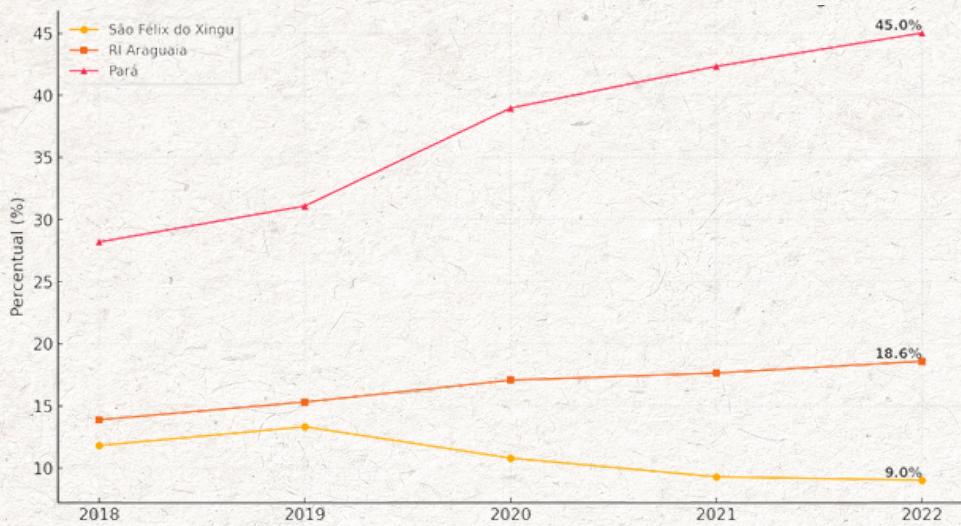
Enquanto isso, a RI Araguaia e o estado do Pará vêm fortalecendo progressivamente o setor industrial. A RI atingiu 18,6% em 2022, mantendo tra-

jetória ascendente, e o estado evidenciou forte industrialização, puxada por grandes cadeias produtivas como mineração e transformação. A baixa participação industrial em São Félix do Xingu destaca a necessidade de políticas públicas voltadas à atração de investimentos industriais e à melhoria da infraestrutura produtiva para que o município possa alcançar maior equilíbrio e sustentabilidade em sua estrutura econômica (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, São Félix do Xingu apresentou níveis baixos e estáveis no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, variando de 5,5 a 5,9. Esse desempenho mantinha o município bem abaixo da média da Região de Integração Araguaia (entre 8,7 e 10,2) e do estado do Pará (variando de 16,6 a 17,8). A baixa densidade de profissionais da ciência nesse pe-



ríodo reflete uma limitada presença de instituições voltadas à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico na localidade (Gráfico 18).

A partir de 2022, observa-se uma inflexão positiva na trajetória de São Félix do Xingu, com um aumento expressivo para 13,1 profissio-

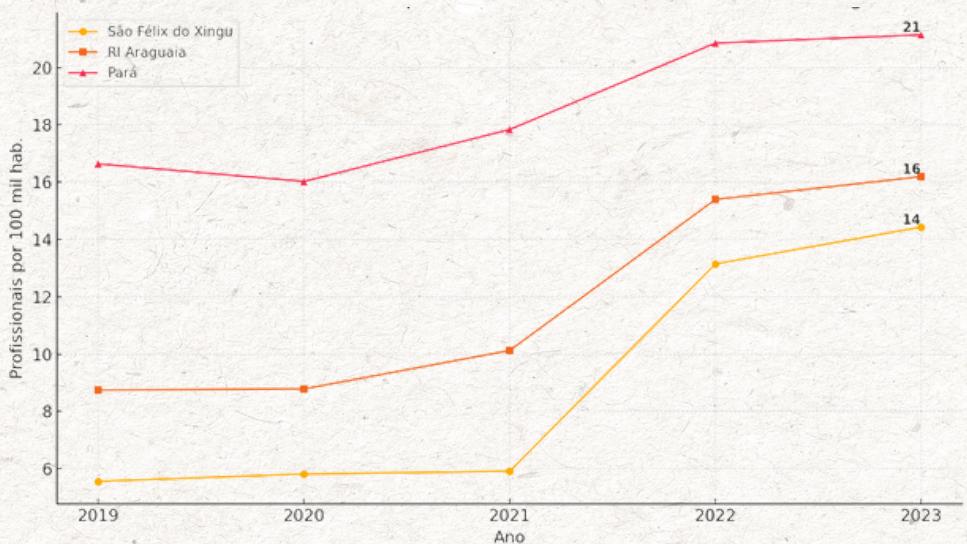
nais por 100 mil habitantes, e nova elevação em 2023, chegando a 14. Esse avanço é significativo e representa um esforço local em ampliar a presença de atividades científicas ou atrair mão de obra qualificada, embora o município ainda permaneça abaixo da média estadual (21) e da RI Araguaia (16), que também apresentaram crescimento (Gráfico 18).

Esse crescimento recente pode estar vinculado à interiorização de políticas públicas de ciência e tecnologia, expansão de polos de educação superior, ou ao fortalecimento de atividades profissionais li-





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

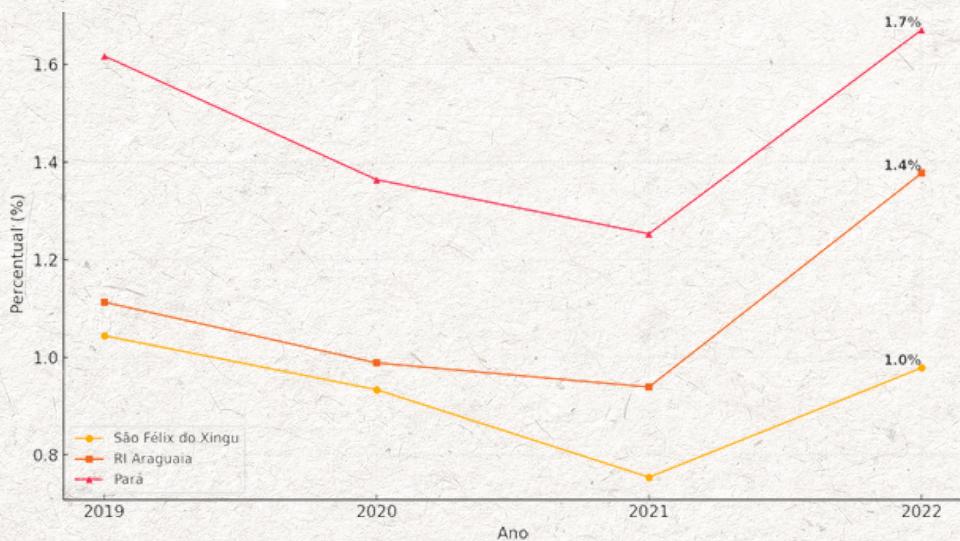
Entre 2019 e 2021, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em São Félix do Xingu apresentou uma trajetória de queda, saindo de 1,05% em 2019 para 0,76% em 2021. Esse comportamento indica que, embora o Produto Interno Bruto do município possa ter crescido no período, a remuneração total dos trabalhadores formais perdeu participação relativa na economia local, o que pode refletir aumento da informalidade, salários baixos ou expansão de setores com menor densidade de vínculos formais (Gráfico 19).

A Região de Integração Araguaia seguiu trajetória semelhante nesse período, com queda de 1,12% para 0,94%, o que mostra que a redução da participação da massa salarial não foi um fenômeno isolado do município. Já o estado do Pará, embora também tenha sofrido uma leve retração entre 2019 e 2021 (de 1,62% para 1,26%), manteve-se em patamares significativamente mais elevados, indicando maior peso relativo dos vínculos formais na composição econômica estadual (Gráfico 19).

Em 2022, observa-se uma recuperação no indicador em

todas as esferas territoriais. São Félix do Xingu atingiu 1,0%, a RI Araguaia subiu para 1,4%, e o estado do Pará alcançou 1,7%. Apesar da retomada, o município ainda permanece abaixo dos demais níveis, o que evidencia uma estrutura produtiva com menor capacidade de gerar vínculos formais bem remunerados. A melhoria do indicador é positiva, mas a persistência da diferença sugere que o desenvolvimento econômico local ainda carece de maior inclusão do trabalho formal como motor de distribuição de renda (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

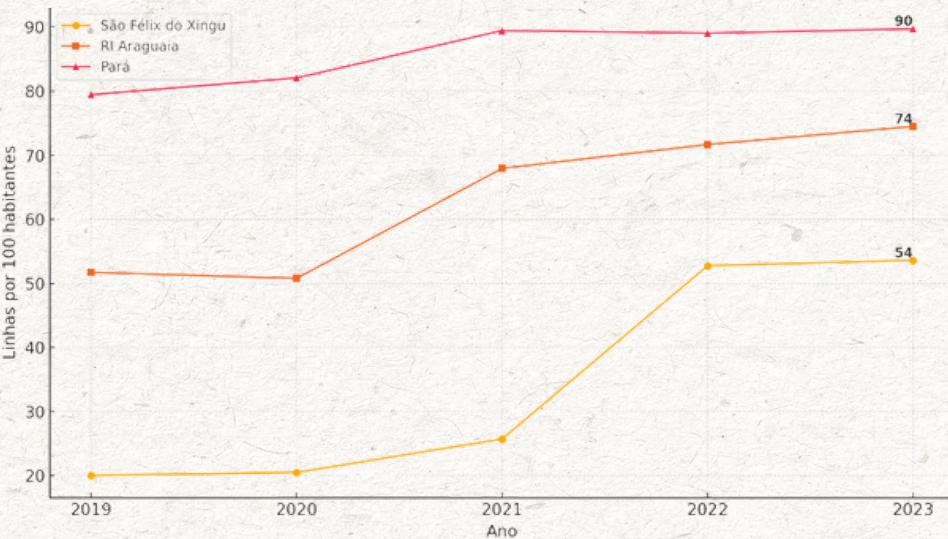
Entre 2019 e 2020, São Félix do Xingu manteve um número bastante reduzido de linhas de telefonia móvel por 100 habitantes, estagnado em torno de 20, enquanto a Região de Integração Araguaia se situava acima de 50 e o estado do Pará já ultrapassava os 80. Esse quadro evidenciava um déficit significativo de conectividade móvel no município, possivelmente ligado à cobertura precária de sinal e à infraestrutura limitada de telecomunicações (Gráfico 20).

A partir de 2021, verifica-se um crescimento progressivo e expressivo em São Félix do Xingu, que salta para 26 linhas por 100 habitantes e chega a 54 em 2023. Embora esse avanço represente uma ampliação importante no acesso da população aos serviços de telefonia, o município ainda se mantém distante dos patamares da RI Araguaia (74) e do estado do Pará (90), o que indica que o processo de inclusão digital ainda está em curso (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em 2019, São Félix do Xingu investia cerca de R\$ 37,2 por habitante em cultura e gestão ambiental, abaixo da média da RI Araguaia (R\$ 56) e do estado do Pará (R\$ 41). No ano seguinte, o município elevou significativamente esses gastos para R\$ 83, superando os demais níveis territoriais, o que sugere uma mudança de prioridade orçamentária local. Ainda assim, essa elevação foi seguida por uma leve retração em 2021, quando os gastos caíram para R\$ 65 per capita (Gráfico 21).

A partir de 2022, o município passou a registrar aumentos marcantes nos investimentos, atingindo R\$ 210 por habitante e encerrando 2023 com R\$ 235 – o maior valor entre os territórios analisados. Enquanto isso, a RI Araguaia alcançou R\$ 140, e o estado do Pará, R\$ 71. Esse avanço demonstra um esforço claro por parte de São Félix do Xingu em priorizar políticas públicas voltadas à cultura local e à preservação ambiental, possivelmente em resposta a pressões por desenvolvimento sustentável e

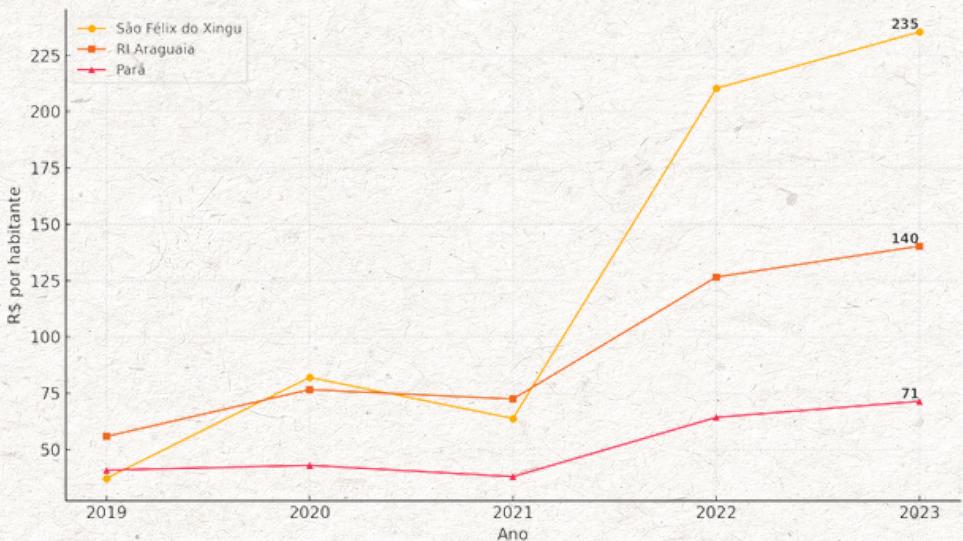
valorização da identidade regional (Gráfico 21).

Esse crescimento expressivo e contínuo nas despesas per capita evidencia uma reestruturação na alocação orçamentária do município. No entanto, para além do volume de recursos, é essencial que a aplicação seja eficaz, com foco em projetos estruturantes, formação cultural, educação ambiental e proteção de territórios ecológicos, garantindo que o aumento do gasto público se traduza em impactos positivos e duradouros para a população e o meio ambiente (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 235/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em São Félix do Xingu manteve-se em tendência crescente, passando de 40,1% para 44,7%. Esse comportamento indica a persistência de práticas inadequadas de destinação de resíduos sólidos entre a população vulnerável, revelando carências na cobertura e na eficácia dos serviços de coleta regular de lixo no município (Gráfico 22).

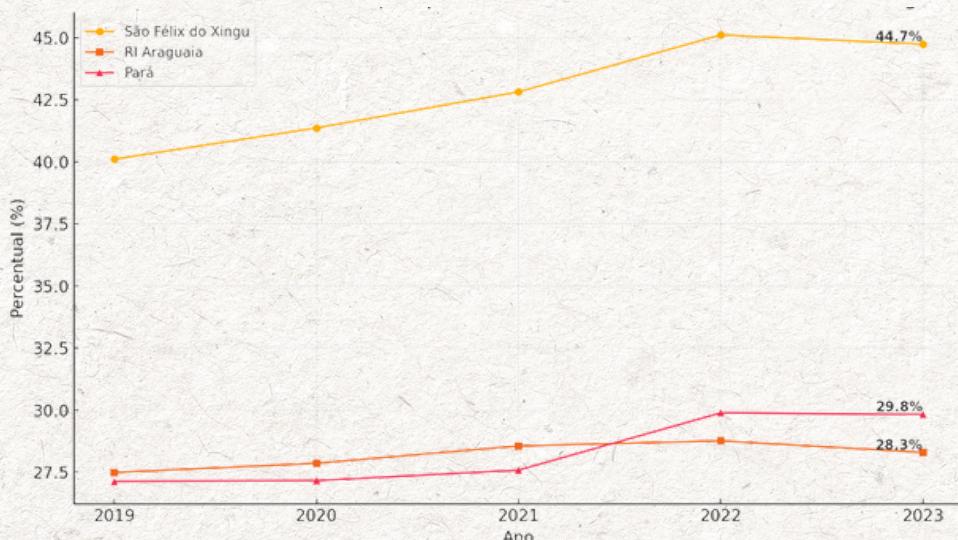
Enquanto isso, a Região de Integração Araguaia apresen-

tou um leve crescimento no mesmo indicador, oscilando entre 27,4% e 28,3%, mantendo-se relativamente estável. Já o estado do Pará apresentou um salto mais expressivo entre 2021 e 2022, atingindo 29,8% e permanecendo nesse patamar em 2023. Ainda assim, os níveis observados em São Félix do Xingu estão bem acima dos registrados nas demais esferas territoriais, o que sugere um cenário mais crítico no município (Gráfico 22).

O alto percentual em São Félix do Xingu aponta para a ausên-

cia de políticas públicas eficazes voltadas à gestão de resíduos domiciliares em comunidades de baixa renda. Essa prática, além de representar risco ambiental e à saúde pública, evidencia desigualdades no acesso a serviços básicos. A superação desse problema exige investimentos em infraestrutura urbana e estratégias específicas de coleta e educação ambiental nas áreas periféricas e rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No mesmo período, São Félix do Xingu apresentou uma forte tendência de crescimento no percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar, passando de 62,7% em 2019 para alarman tes 84,6% em 2023. Essa elevação contínua e acentuada revela uma realidade crítica no acesso a sistemas adequados de esgotamento sanitário entre os mais pobres do município, apontando para a fragilidade das políticas de saneamento básico voltadas a essa população (Gráfico 23).

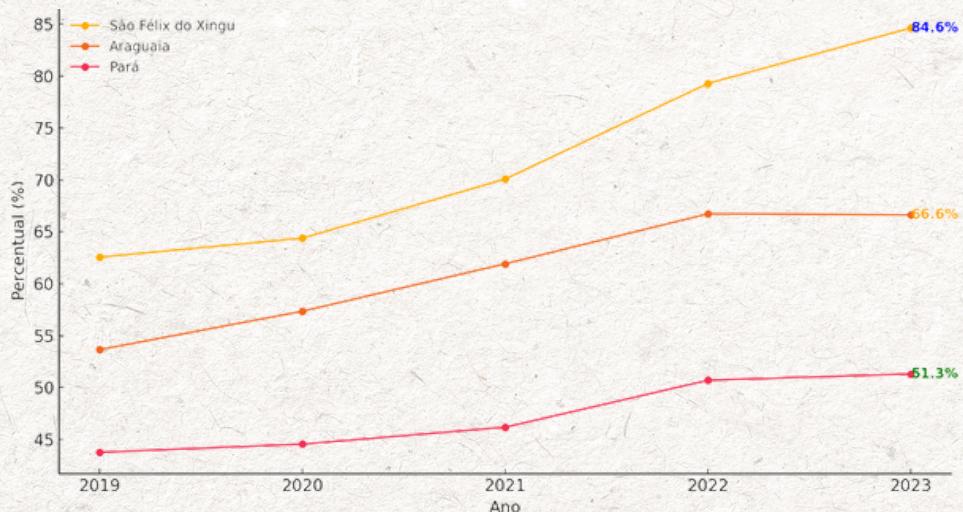
A Região de Integração Araguaia também apresentou

crescimento nesse indicador, de 53,9% para 66,6%, embora em patamares consistentemente inferiores aos de São Félix do Xingu. Já o estado do Pará evoluiu de 43,6% para 51,3%, mantendo uma progressão mais moderada. A disparidade dos valores evidencia que a situação em São Félix do Xingu é significativamente mais grave do que a média regional e estadual (Gráfico 23).

Essa situação crítica demonstra a urgência de ações estruturantes em saneamento rural e periférico no município. A elevada dependência de fos-

sas rudimentares entre famílias de baixa renda impacta diretamente na saúde pública e na contaminação dos recursos hídricos, além de indicar um processo de urbanização precário. Intervenções coordenadas com foco em infraestrutura sanitária, regulação fundiária e educação ambiental são essenciais para reverter esse cenário de vulnerabilidade persistente (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2020, São Félix do Xingu apresentou um crescimento expressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres, passando de aproximadamente R\$ 183 para R\$ 270 por habitante. Apesar da elevação, o município manteve-se abaixo das médias da Região de Integração Araguaia (R\$ 220 a R\$ 313) e do estado do Pará (R\$ 260 a R\$ 319), indicando uma participação mais tímida nos investimentos preventivos frente

às demais esferas territoriais (Gráfico 24).

Nos anos seguintes, entre 2021 e 2022, os valores permaneceram praticamente estáveis em São Félix do Xingu, em torno de R\$ 225, enquanto RI Araguaia e Pará ampliaram consideravelmente seus investimentos, especialmente o estado, que atingiu R\$ 426 em 2022. Essa estagnação relativa pode indicar uma limitação orçamentária local ou uma priorização reduzida da agenda de pre-



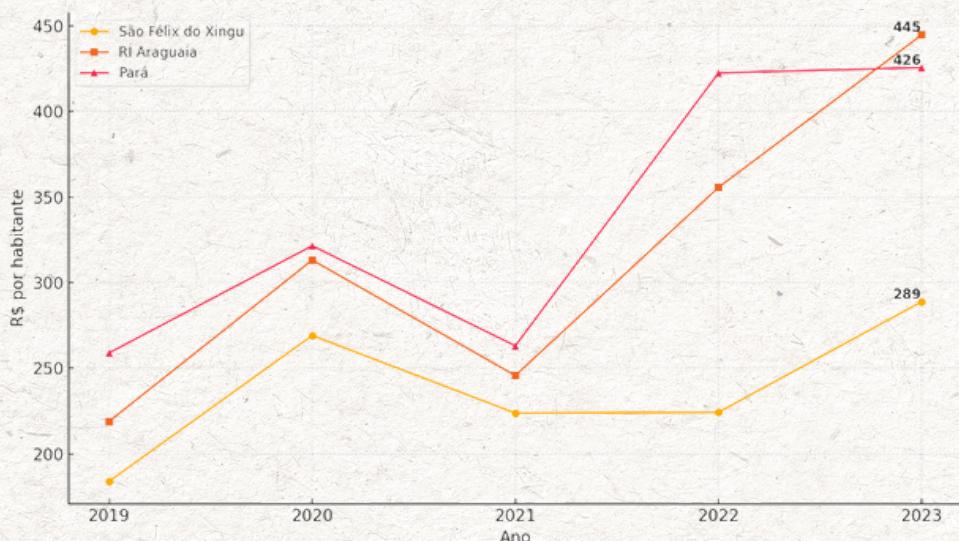
venção mesmo em um contexto nacional de intensificação dos eventos climáticos extremos (Gráfico 24).

Em 2023, São Félix do Xingu voltou a apresentar aumento nos gastos, alcançando R\$ 289 per capita. Ainda assim, o valor continua inferior aos da

RI Araguaia (R\$ 445) e do estado do Pará (R\$ 426), que demonstram um compromisso mais robusto e constante com políticas de resiliência ambiental e prevenção de desastres. O comportamento do município, embora positivo, sugere que ainda há espaço para

ampliação e continuidade estratégica de investimentos, sobretudo considerando sua vulnerabilidade territorial (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 289/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

No caso da despesa per capita com preservação aquática, São Félix do Xingu manteve-se praticamente constante e em níveis baixos durante todo o período, variando entre R\$ 27 e R\$ 34 por habitante. Esse padrão revela uma estabilidade orçamentária, mas também indica baixa prioridade relativa dada à conservação dos recursos hídricos locais. Em 2023, o valor foi de apenas R\$ 20, ainda muito inferior aos demais níveis territoriais (Gráfico 25).

A Região de Integração Araguaia apresentou uma oscila-



ção brusca: saltou de R\$ 30 em 2019 para mais de R\$ 215 em 2020, mas caiu para R\$ 22 já em 2021 e manteve valores baixos até 2023. Já o estado do Pará manteve uma trajetória mais consistente, partindo de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, mesmo com oscilações no meio do período. Essa diferença evidencia o esforço estadual mais duradouro e sistemático em políti-

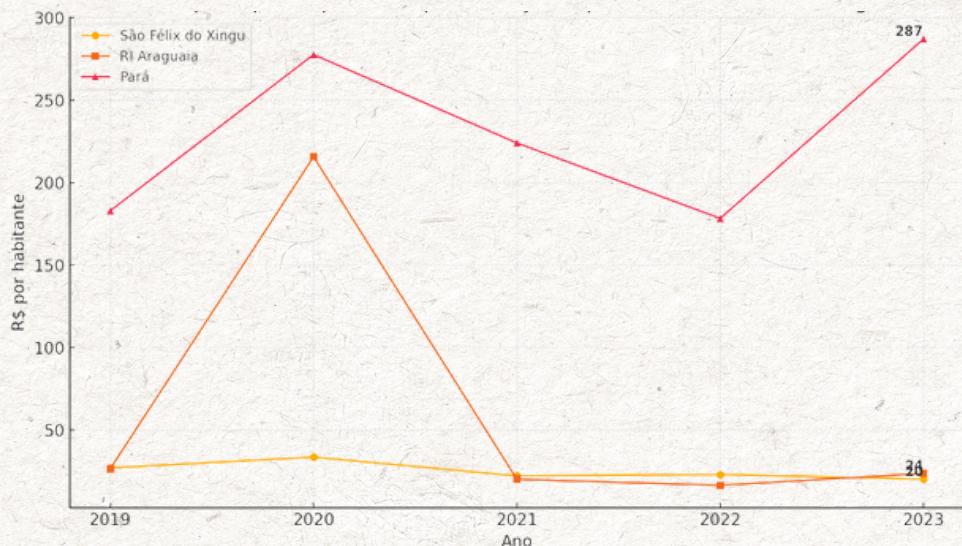
cas voltadas à preservação dos ecossistemas aquáticos (Gráfico 25).

A postura de São Félix do Xingu, frente a esse indicador, sugere uma fragilidade institucional no que diz respeito à gestão integrada de recursos hídricos. Dada a importância estratégica da água para a agricultura, saúde e meio ambiente, o município precisa avançar não apenas no volume



de recursos investidos, mas também na regularidade e efetividade das políticas de conservação, em alinhamento com os esforços estaduais e regionais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 34/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de São Félix do Xingu apresentou uma leve tendência de redução no percentual de área de floresta entre 2019 e 2023, caindo de 71,5% para 69,0%. Essa variação, embora aparentemente modesta, reflete uma perda gradual de cobertura florestal ao longo do tempo. Mesmo com a redução, São Félix do Xingu continua acima da média estadual (65,1%) e da Região de Integração Araguaia (49,8%), o que indica que ainda preserva uma parte relevante de seu território com cobertura vegetal nativa (Gráfico 26).

Enquanto isso, o estado do Pará manteve relativa estabilidade no indicador, com uma leve queda entre 2020 e 2021,

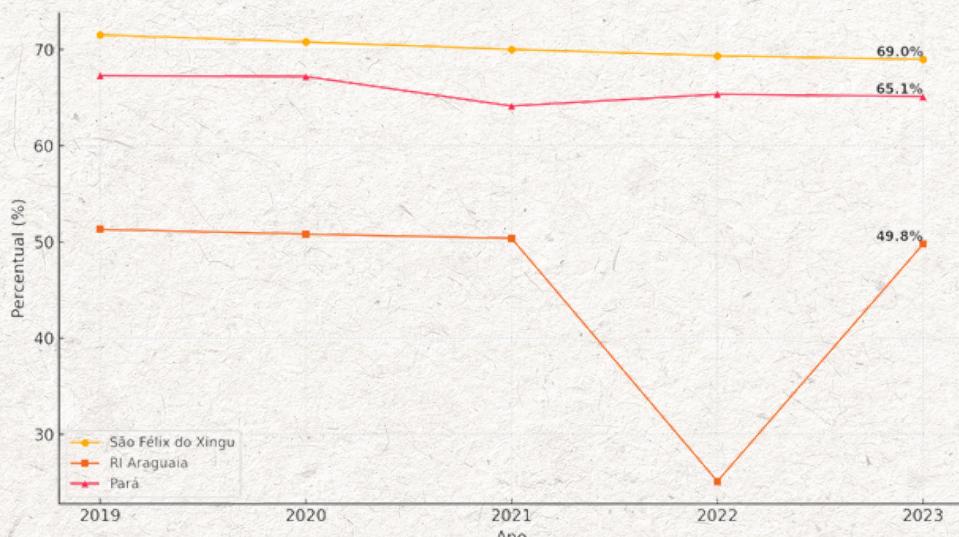
seguida de uma recuperação parcial. A RI Araguaia, por sua vez, apresentou uma forte oscilação: após manter estabilidade entre 2019 e 2021, caiu abruptamente em 2022 para cerca de 25% e, em 2023, retornou ao patamar anterior (49,8%). Essa oscilação sugere possíveis revisões metodológicas ou eventos específicos

de impacto ambiental, como desmatamento intenso em regiões pontuais (Gráfico 26).

No conjunto, a tendência de São Félix do Xingu é de perda florestal lenta, mas constante, o que exige atenção à gestão do território, especialmente frente à pressão por expansão agropecuária. Embora ainda mantenha um percentual elevado de floresta, o município precisa reforçar políticas de preservação, zoneamento ecológico-econômico e incentivo à produção sustentável, garantindo a manutenção de seus ativos ambientais a longo prazo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

São Félix do Xingu apresentou crescimento contínuo no percentual de área desmatada, passando de 23,2% em 2019 para 25,3% em 2023. Esse aumento gradual é coerente com a leve redução no percentual de área florestada observada no mesmo período. A tendência revela que o município continua sob pressão de processos de desmatamento, embora em ritmo inferior ao de outros territórios, como a RI Araguaia (Gráfico 27).

A Região de Integração Araguaia teve comportamento mais volátil: após uma estabilidade entre 2019 e 2021, com cerca de 39,5%, houve uma disparada em 2022, che-

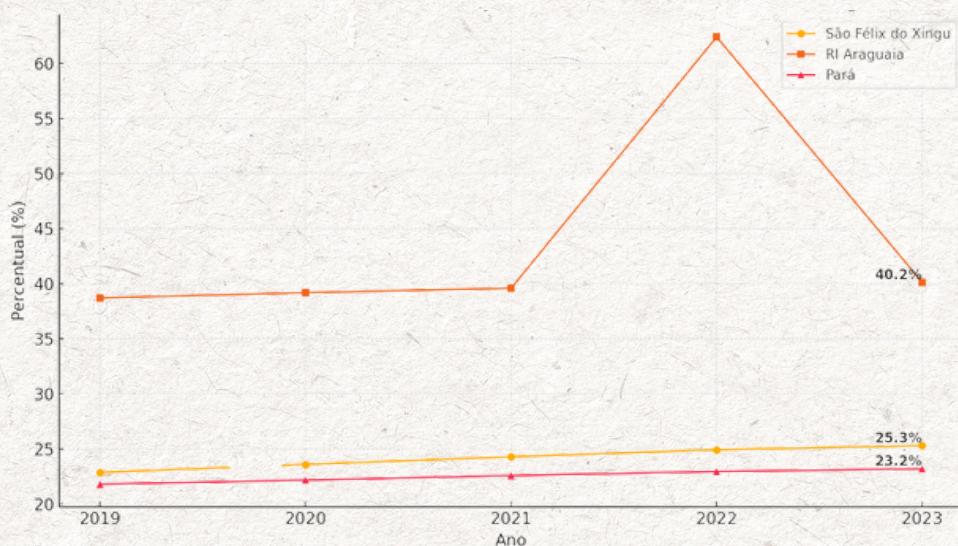
gando a mais de 62%, seguida de forte retração para 40,2% em 2023. Essas variações abruptas sugerem instabilidades no controle do uso do solo ou ajustes técnicos na medição do indicador. Já o estado do Pará manteve crescimento linear e moderado, saindo de 22,0% em 2019 para 23,2% em 2023, com a menor taxa entre os três territórios ao final da série (Gráfico 27).

O avanço do desmatamento em São Félix do Xingu, mesmo que de forma mais contida, reforça a necessidade de políticas públicas eficazes de controle ambiental, monitoramento via satélite e fiscalização de desmatamento ilegal. Considerando sua signifi-

cativa cobertura florestal ainda preservada, o município se encontra em um ponto estratégico: pode evitar a trajetória crítica observada em outros territórios se conseguir articular proteção ambiental com desenvolvimento econômico sustentável (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

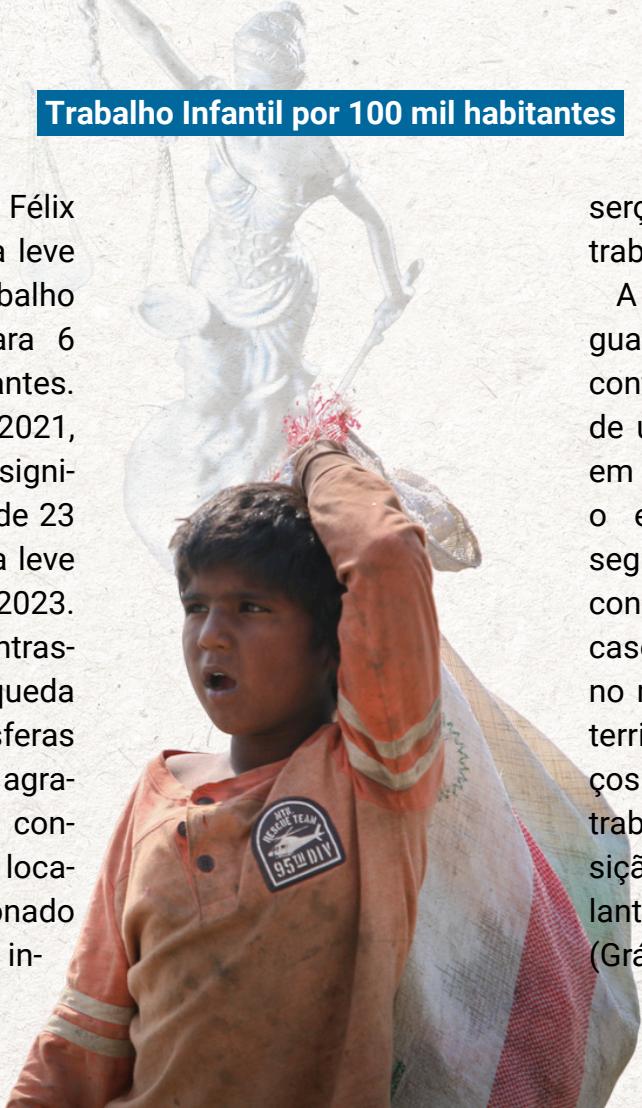
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, São Félix do Xingu apresentou uma leve queda na taxa de trabalho infantil, saindo de 8 para 6 casos por 100 mil habitantes. No entanto, a partir de 2021, houve um aumento significativo, atingindo o pico de 23 casos em 2022, com uma leve redução para 21 em 2023. Esse comportamento contrasta com a tendência de queda observada nas demais esferas territoriais e sugere um agravamento pontual das condições socioeconômicas locais que podem ter pressionado crianças e adolescentes à in-

serção precoce no mercado de trabalho (Gráfico 28).

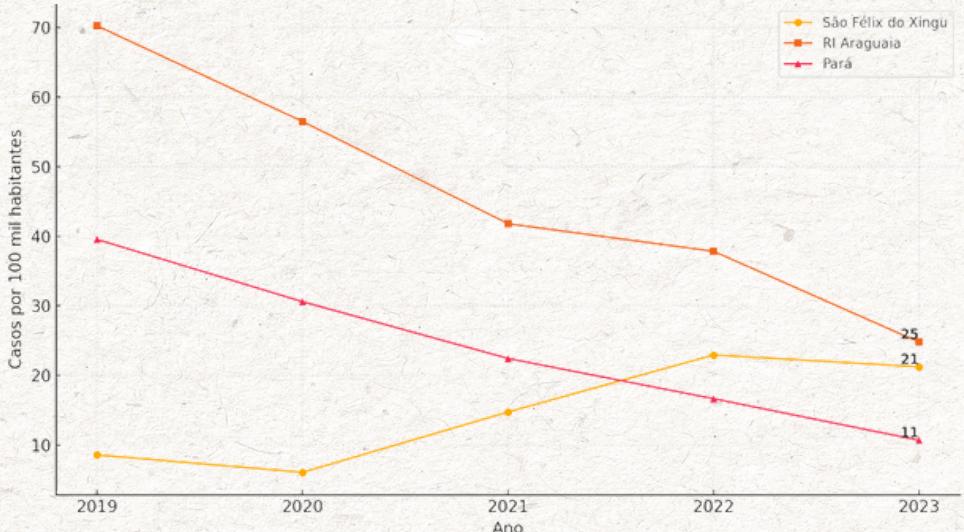
A Região de Integração Araguaia apresentou uma redução contínua no indicador, saindo de uma alta taxa de 70 casos em 2019 para 25 em 2023. Já o estado do Pará também seguiu tendência de queda constante, indo de 39 para 11 casos por 100 mil habitantes no mesmo período. Ambos os territórios demonstram avanços relevantes no combate ao trabalho infantil, em contraposição à trajetória mais oscilante de São Félix do Xingu (Gráfico 28).





Esses dados indicam que, apesar de estar abaixo das médias regionais até 2020, São Félix do Xingu passou a apresentar taxas de trabalho infantil relativamente altas a partir de 2021. Isso pode ser reflexo de vulnerabilidades econômicas locais, associadas à informalidade e à baixa cobertura de políticas públicas de proteção social. A reversão dessa tendência exigirá ações intersetoriais, com ênfase em fiscalização, educação e programas de transferência de renda focados nas famílias de baixa renda (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada..

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

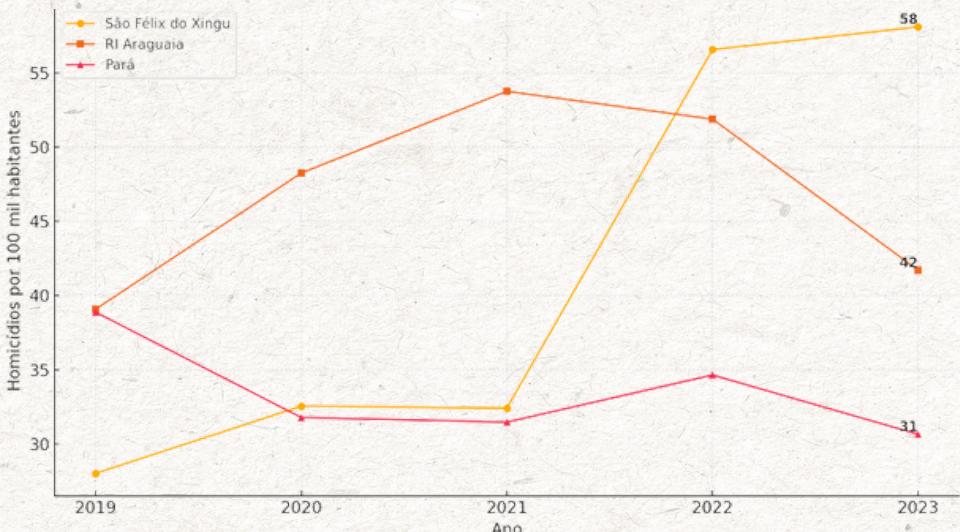
A taxa de homicídios em São Félix do Xingu mostrou um comportamento de forte crescimento ao longo do período analisado. Em 2019, o município apresentava 28 homicídios por 100 mil habitantes, e esse número praticamente dobrou até 2023, quando chegou a 58. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, revelando um aumento súbito da violência letal, possivelmente ligado a conflitos fundiários, expansão de atividades ilegais ou fragilidade institucional no controle da segurança pública (Gráfico 29).

Em comparação, a RI Araguaia iniciou o período com 39 homicídios por 100 mil e atingiu o pico de 54 em 2021, seguido de queda para 42 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória de queda mais consistente, saindo de 39 em 2019 para 31 em 2023, com um breve aumento em 2022. Esses dados revelam que, enquanto o estado como um todo apresenta melhora no indicador, São Félix do Xingu caminha na direção oposta, ampliando significativamente sua vulnerabilidade à violência (Gráfico 29).

Esse crescimento na taxa de homicídios em São Félix do Xingu é alarmante e exige atenção imediata. A resposta passa por reforço das estruturas de segurança pública, políticas de mediação de conflitos, proteção territorial e fortalecimento das instituições de justiça e cidadania. Além disso, é necessário integrar políticas sociais que reduzam desigualdades e fortaleçam os laços comunitários, como forma de prevenção estrutural à criminalidade (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, São Félix do Xingu apresentou uma leve tendência de queda no gasto público municipal como percentual do PIB, saindo de 15,9% para 14,9%. Esse recuo indica que, nesse período, o crescimento do Produto Interno Bruto local superou a expansão das despesas públicas, o que pode refletir um contexto de contenção fiscal ou de aumento da atividade econômica sem a correspondente ampliação da capacidade de gasto público municipal (Gráfico 30).

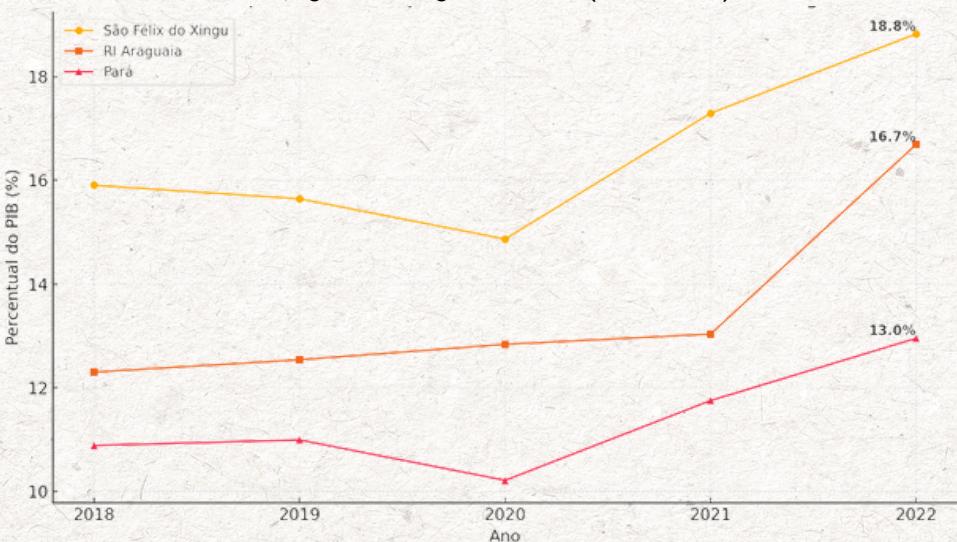
A partir de 2021, observa-se uma mudança expressiva na

trajetória do indicador, com um crescimento acentuado que levou o percentual para 17,3% em 2021 e 18,8% em 2022. Esse avanço sinaliza um fortalecimento da presença do Estado local na economia municipal, seja por aumento da arrecadação, ampliação de investimentos públicos ou crescimento das transferências intergovernamentais. Essa variação também posiciona o município acima dos níveis da Região de Integração Araguaia (16,7%) e do estado do Pará (13,0%) em 2022 (Gráfico 30).

No âmbito regional e estadual, tanto a RI Araguaia quan-

to o Pará apresentaram crescimento no indicador em 2022, embora em menor intensidade. A RI Araguaia teve avanço mais expressivo no último ano da série, enquanto o estado do Pará cresceu de forma mais gradual. A posição de destaque de São Félix do Xingu sugere uma administração pública municipal com atuação crescente na economia local, o que, se bem gerido, pode favorecer o desenvolvimento social e a provisão de serviços públicos – desde que acompanhada de eficiência na alocação de recursos (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2021, São Félix do Xingu apresentou uma evolução lenta na taxa de acesso à banda larga fixa, partindo de 1,5 pontos para 2,5 pontos por 100 habitantes. Nesse período, o município manteve-se consideravelmente abaixo das médias da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará, o que evidencia um cenário de exclusão digital mais acentuado e possíveis dificuldades na infraestrutura de telecomunicações (Gráfico 31).

A partir de 2022, houve um salto expressivo no indicador em São Félix do Xingu, que

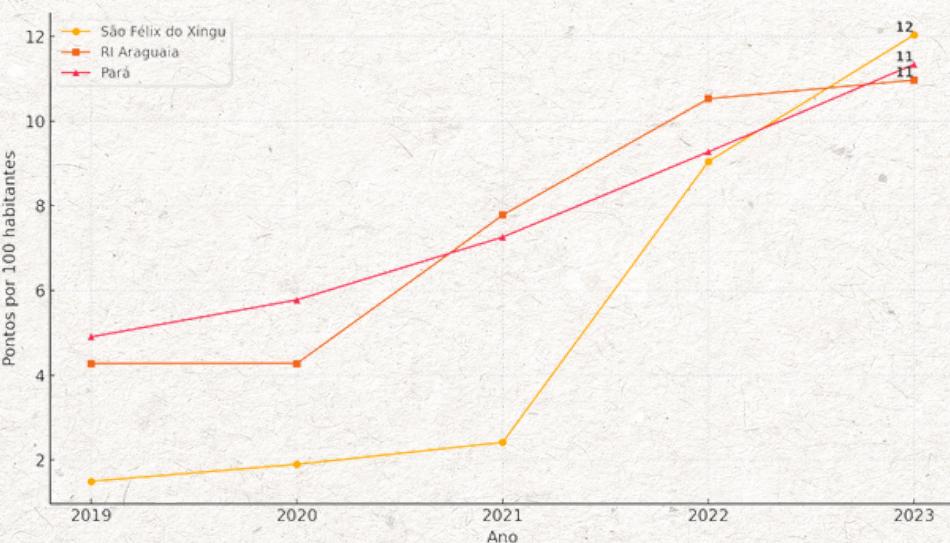
saltou para 9,1 pontos e, em 2023, atingiu 12 pontos por 100 habitantes. Esse crescimento acentuado demonstra um processo de aceleração na cobertura ou na adesão à banda larga fixa, possivelmente impulsionado por políticas públicas de conectividade, investimentos privados ou pelo aumento da demanda por serviços digitais durante e após a pandemia da COVID-19 (Gráfico 31).

Apesar de seu atraso inicial, São Félix do Xingu superou, em 2023, tanto a média da Região de Integração Araguaia

(11 pontos) quanto a do estado do Pará (11,1 pontos), o que representa uma importante inversão de posição relativa no contexto regional. Esse avanço coloca o município em posição mais favorável quanto à inclusão digital, mas ainda exige atenção quanto à qualidade da conexão e à sua distribuição em áreas rurais ou periferias urbanas, garantindo que o acesso seja de fato universal e funcional para a população (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



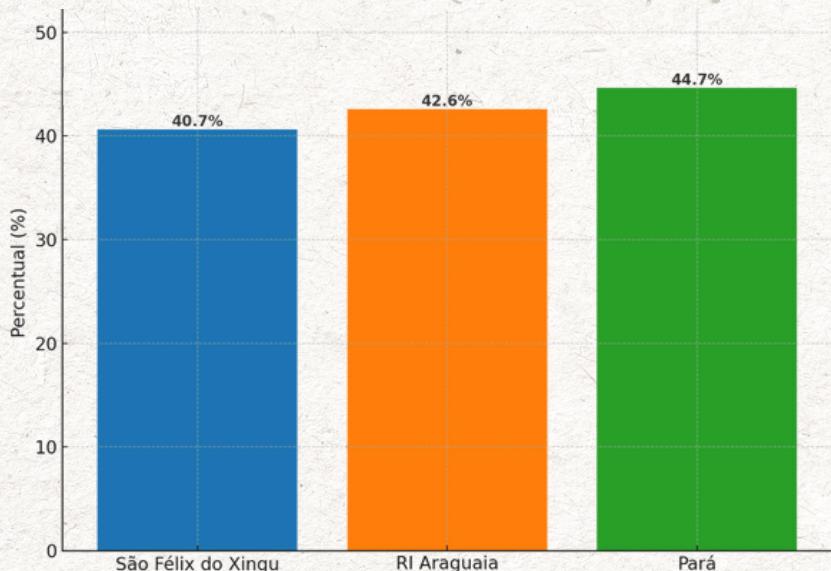
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Félix do Xingu** registrou um IDS de **40,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Félix do Xingu x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



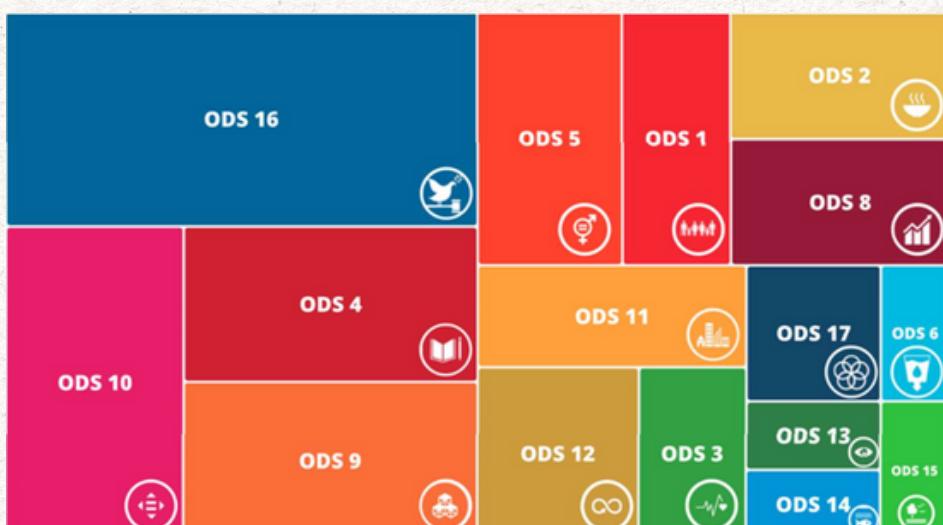
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

